



DE 07 A 11 MARÇO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 14/XIII](#)

Procede à décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, restabelecendo feriados nacionais

[Decreto da Assembleia 15/XIII](#)

Reposição dos complementos de pensão no setor público empresarial

[Decreto da Assembleia 16/XIII](#)

Programa especial de apoio social para a Ilha Terceira

EDUCAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 9/2016 - Diário da República n.º 46/2016, Série I de 2016-03-07](#)

Educação

Procede à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 132/2012](#), de 27 de junho, que estabelece o regime de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação

 **ENERGIA**

[Decreto-Lei n.º 13/2016 - Diário da República n.º 48/2016, Série I de 2016-03-09](#)

Economia

Estabelece disposições em matéria de segurança de operações de petróleo e gás no *offshore* de petróleo e gás, transpondo a [Diretiva n.º 2013/30/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013

[Portaria n.º 42-A/2016 - Diário da República n.º 48/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-03-09](#)

Economia

Define a tarifa de referência aplicável durante o corrente ano à eletricidade vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público (RESP), oriunda de unidades de pequena produção (UPP) que utilizam fontes de energia renovável

ERSE

[Diretiva n.º 6/2016 - Diário da República n.º 47/2016, Série II de 2016-03-08](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Registo e comunicação de transações de energia elétrica por agentes de mercado em regimes remuneratórios específicos

[Diretiva n.º 7/2016 - Diário da República n.º 50/2016, Série II de 2016-03-11](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Normas complementares do setor elétrico

 **FINANCEIRO**

[Aviso n.º 3251/2016 - Diário da República n.º 49/2016, Série II de 2016-03-10](#)

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.

Condições Gerais da Série OT 2,875 % - Julho 2026

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística 26|2016: Empréstimos e depósitos bancários - janeiro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística 27|2016: Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos - janeiro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística 28|2016: Fundos de investimento - janeiro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística 29|2016: Emissões de títulos - janeiro de 2016](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Respostas às perguntas mais frequentes relativas ao Regulamento da CMVM n.º 4/2015 - Supervisão de Auditoria](#)

O presente documento destina-se a esclarecer algumas dúvidas relacionadas com a entrada em vigor, a 27 de janeiro de 2016, do Regulamento da CMVM n.º 4/2015 - Supervisão de Auditoria (doravante Regulamento), relacionadas com os deveres de informação decorrentes do novo Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria (RJSA) aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, e, em particular, com o envio e preenchimento de informação obrigatória.

[Relatório Anual sobre o Governo das Sociedades Cotadas 2014](#)



FSI – FUNDO PARA A SEGURANÇA INTERNA

[Portaria n.º 43/2016 - Diário da República n.º 50/2016, Série I de 2016-03-11](#)

Negócios Estrangeiros, Finanças, Administração Interna e Justiça

Define as condições de acesso e as regras gerais de cofinanciamento comunitário aos projetos apresentados ao abrigo do Fundo para a Segurança Interna (FSI), para o seu período de execução



IMOBILIÁRIO

[Portaria n.º 39/2016 - Diário da República n.º 46/2016, Série I de 2016-03-07](#)

Economia

Procede à segunda alteração do Anexo IV da [Portaria n.º 349-A/2013](#), de 29 de novembro, que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)

 **MAR**

[Decreto-Lei n.º 16/2016 - Diário da República n.º 48/2016, Série I de 2016-03-09](#)

Mar

Cria o Fundo Azul

 **PENAL**

[Acórdão n.º 24/2016 - Diário da República n.º 46/2016, Série II de 2016-03-07](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional o artigo 356.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, quando interpretado no sentido de que «a leitura dos depoimentos testemunhais prestados no inquérito perante o Ministério Público é admitida, sem ser necessário o consentimento dos arguidos, quando aquela leitura se destine a avivar a memória de quem declare na audiência já não se lembrar de certos factos, ou quando existir entre elas e as feitas na audiência discrepâncias ou contradições»; não conhece do objeto do recurso quanto às restantes questões de inconstitucionalidade

[Acórdão n.º 62/2016 - Diário da República n.º 46/2016, Série II de 2016-03-07](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma do artigo 38.º, n.º 1, do Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública, na parte em que determina a suspensão de funções por efeito do despacho de pronúncia em processo penal por infração a que corresponda pena de prisão superior a três anos

[Acórdão n.º 56/2016 - Diário da República n.º 47/2016, Série II de 2016-03-08](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucionais interpretações retiradas das seguintes normas: artigos 40.º, § 1.º, e 65.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 44623, de 10 de outubro de 1962 (exercício de pesca), em conjugação com o disposto nos artigos 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e 40.º, n.º 1, do Código Penal; artigo 65.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 44623, de 10 de outubro de 1962, conjugado com o disposto no artigo 43.º, n.º 1, do Código Penal; não julga inconstitucional a norma do artigo 65.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 44623, de 10 de outubro de 1962, na interpretação segundo a qual dele resulta unicamente a aplicação da pena principal de multa ali prevista

 **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

[Marcelo Rebelo de Sousa tomou posse como XX Presidente da República](#)

Marcelo Rebelo de Sousa tomou posse como Presidente da República, numa cerimónia que decorreu no Palácio de S. Bento.

[Discurso de Tomada de Posse do Presidente da República](#)

PROTEÇÃO DE DADOS

CNPD - [Plano de Atividades para 2016](#)

Ao longo deste ano, a CNPD vai debruçar-se sobre a transição para o novo quadro legal europeu, quer em termos de análise jurídica, quer em termos organizacionais, conforme previsto no [Plano de Atividades para 2016](#). Entre as várias ações programadas, contam-se a emissão de orientações gerais quanto à reprodução de documentos de identificação civil e a revisão da deliberação sobre gravação de chamadas.

TMT

ANACOM

[Resultados da 26.ª plenária do BEREC](#)

Decorreu a 25 e 26.02.2016, em Roterdão, Holanda.
07.03.2016

[OCDE divulga estatísticas sobre banda larga](#)

Dados publicados são referentes a junho de 2015.
07.03.2016

[Mercado Único Digital - resultados de consultas públicas](#)

Divulgados resultados das consultas públicas sobre banda larga e sobre a revisão do quadro regulamentar das telecomunicações.
08.03.2016

TRABALHO E EMPREGO

[Decreto-Lei n.º 10/2016 - Diário da República n.º 47/2016, Série I de 2016-03-08](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Repõe o regime transitório de acesso à pensão antecipada de velhice a beneficiários com, pelo menos, 60 ou mais anos de idade e, pelo menos, 40 anos de carreira contributiva, pelo período necessário à reavaliação do regime de flexibilização, e prevê o direito de audição prévia do beneficiário

[Decreto-Lei n.º 11/2016 - Diário da República n.º 47/2016, Série I de 2016-03-08](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Cria uma medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora, em 0,75 pontos percentuais, relativa às contribuições referentes às remunerações devidas nos meses de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017

[Acórdão n.º 85/2016 - Diário da República n.º 46/2016, Série II de 2016-03-07](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 186.º-O, n.º 1, do Código de Processo do Trabalho, introduzido pela Lei n.º 63/2013, de 27 de agosto, interpretada no sentido de, na ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho, não ser permitido aos putativos trabalhador e empregador dispor do objeto do litígio, acordando, em sede de audiência de partes, que a relação jurídica existente entre ambos é de prestação de serviços



RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 11/2016/M - Diário da República n.º 48/2016, Série I de 2016-03-09](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Estabelece a estrutura e a organização dos cuidados de saúde primários na Região Autónoma da Madeira

[Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/M - Diário da República n.º 49/2016, Série I de 2016-03-10](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Proíbe o abate de animais de companhia e errantes e programa de esterilização na Região Autónoma da Madeira

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/M - Diário da República n.º 50/2016, Série I de 2016-03-11](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova a execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2016

UNIÃO EUROPEIA



JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Penal

Diretiva (UE) 2016/343 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016, relativa ao [reforço de certos aspetos da presunção de inocência e do direito de comparecer em julgamento em processo penal](#)

Trabalho

Decisão (UE) 2016/344 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016, que [cria uma Plataforma europeia para reforçar a cooperação no combate ao trabalho não declarado](#)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Financeiro

Regulamento de Execução (UE) 2016/322 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2016, que [altera o Regulamento de Execução \(UE\) n.º 680/2014 que estabelece normas técnicas de execução no que diz respeito ao relato para fins de supervisão das instituições relativamente ao requisito de cobertura de liquidez](#)

Fiscal

Decisão de Execução (UE) 2016/358 do Conselho, de 8 de março de 2016, que [autoriza a República Francesa a aplicar níveis de tributação reduzidos à gasolina e gasóleo utilizados como combustíveis nos termos do artigo 19º da Diretiva 2003/96/CE](#)

Impostos Especiais de Consumo

Regulamento de Execução (UE) 2016/323 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2016, que [estabelece normas pormenorizadas para a cooperação e a troca de informações entre os Estados-Membros no que se refere aos produtos abrangidos pelo regime de suspensão dos impostos especiais de consumo nos termos do Regulamento \(UE\) n.º 389/2012](#)



COMISSÃO EUROPEIA

[Revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores — perguntas mais frequentes \(FAQ\)](#)

[Criação de um Pilar Europeu dos Direitos Sociais — perguntas e respostas](#)

[Comissão apresenta revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores na perspetiva de um mercado de trabalho mais justo e reforçado](#)

Esta revisão corresponde a um compromisso assumido nas Orientações Políticas da atual Comissão de promover o princípio segundo o qual o mesmo trabalho no mesmo local deve ser remunerado da mesma forma. Esta iniciativa foi anunciada no programa de trabalho da Comissão para 2016. Com esta proposta, a Comissão pretende facilitar o destacamento de trabalhadores em condições concorrenciais justas e no respeito pelos direitos dos trabalhadores que, estando empregados num Estado-Membro, são destacados pelo seu empregador para trabalhar temporariamente num outro Estado-Membro. Mais especificamente, a iniciativa visa garantir salários justos e condições equitativas entre as empresas que destacam trabalhadores e as empresas estabelecidas no país de acolhimento.

[A Comissão lança uma consulta pública sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#)

A Comissão Europeia apresenta hoje um primeiro esboço do Pilar Europeu dos Direitos Sociais anunciado pelo Presidente Juncker em setembro do ano passado e lança uma vasta consulta pública

[Semestre Europeu 2016: são menos os Estados-Membros com desequilíbrios económicos do que há um ano](#)

Os Estados-Membros da UE estão a fazer progressos no que toca a resolver os desequilíbrios das suas economias.

[Semestre Europeu 2016: Comissão relembra aos Estados Membros as suas obrigações orçamentais](#)

Como parte do Semestre Europeu 2016 e no seguimento das suas recentes previsões económicas de inverno, a Comissão relembrou hoje aos Estados-Membros a necessidade de tomar medidas para cumprir as suas obrigações no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Consulta pública

Ambiente

[Consulta sobre as opções políticas em matéria de medidas assentes nos mecanismos de mercado para reduzir o impacto da aviação internacional nas alterações climáticas](#)

07.03.2016 – 30.05.



CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Europol

[Regras atualizadas para a Europol: Conselho adota posição em primeira leitura](#)

O Conselho adotou a sua posição em primeira leitura sobre o projeto de regulamento que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação e a Formação Policial (Europol).

Imigração

[Conclusões do Conselho sobre o auxílio à imigração ilegal](#)

Em 10 de março de 2016, o Conselho adotou conclusões sobre o auxílio à imigração ilegal.



PARLAMENTO EUROPEU

[Eurodeputados aprovam regras para prevenir e controlar doenças animais transmissíveis](#)

O Parlamento Europeu aprovou novas regras sobre a prevenção e o controlo de doenças animais que podem ser transmitidas a outros animais ou aos seres humanos, como a gripe aviária e a peste suína. O novo regulamento da UE sobre a saúde animal coloca maior ênfase nas medidas preventivas, na vigilância das doenças e na investigação e prevê uma maior cooperação entre os profissionais que trabalham com animais, os detentores de animais de companhia, as autoridades e os médicos veterinários.

[União Bancária: sistema de garantia de depósitos na UE é essencial, diz Gualtieri](#)

A Europa tem dado passos importantes em prol da construção de uma União Bancária, porém é necessário criar um sistema único de garantia de depósitos, para que o projeto fique concluído, afirmou o eurodeputado Roberto Gualtieri (S&D). Esta questão será discutida e votada pelos eurodeputados esta quinta-feira, dia 10 de março.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 10 DE MARÇO DE 2016

O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que delega nos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do planeamento e das infraestruturas e debateu a situação dos Refugiados, as conclusões da Cimeira União Europeia-Turquia, bem como a operacionalização da estratégia de acolhimento no sentido de afirmar Portugal como exemplo de respeito pelos princípios de solidariedade e de cooperação europeia.

[Comunicado na íntegra](#)



BENEDITA KENDAL
(detalhe)
S/título, 2004
Acrílico s/tela
100 x 100 cm

Obra da Coleção da Fundação PLMJ

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newsletter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011